

## Termo de referência para o diálogo: Agroecologia e Mudanças Climáticas.

### Contextualização do debate

A crise climática se apresenta como um horizonte estratégico para a defesa da necessidade de uma transição agroecológica, pois explicita a insustentabilidade do agronegócio: que emite mais, que menos se adapta (ou se adapta cada vez mais química e transgenicamente), e que ainda busca mercantilizar-se com um rol de falsas alternativas de mitigação, não apenas nos MDLs<sup>1</sup> de cana, soja, eucalipto, como também nos REDD++<sup>2</sup> com florestas, nativas ou plantios homogêneos de árvores.

As soluções propostas pelo agronegócio, embora possam gerar algum quociente de Carbono (dependendo do sistema métrico), são falsas estruturalmente, porque o Carbono antes fossilizado (extraído, queimado e emitido) não fazia parte do sistema cíclico oceano-florestas-atmosfera (ou ao menos não fazia parte apenas desse ciclo), uma vez que participa também de outra escala tempo-espacial, totalmente diversa, de milhões de anos de fossilização. No sentido oposto, a extração está cada vez mais eficiente e arriscada, em áreas de grande profundidade nos oceanos (acima de 3mil metros no Golfo do México, na Nova Zelândia, no Brasil etc) ou em novas fronteiras (glaciares, Pan Amazônia...).

Se o debate oficial e corporativo do clima tem se concentrado na re-fixação (sequestro) do Carbono (emitido nos últimos 150 anos e sobretudo no Carbono ainda a ser emitido); e na adaptação às intempéries e mudanças climáticas, essa tem sido uma estratégia política clara de des-focalização da urgente e radical necessidade de diminuição da queima de combustíveis fósseis, que ao contrário, se expande, mesmo no cenário pós Rio92 e pós Kyoto (97). Os mecanismos de mercado, ao gerarem créditos de Carbono, permitem novas licenças de emissões, gerando um círculo vicioso.

Contrapor-se ao agronegócio exige, por um lado, demonstrar como o modelo de agricultura baseado no uso do petróleo e de baixa eficiência energética, contribui para a emissão de gases do efeito estufa e para as mudanças climáticas. Como observam Heinberg e Bomford, antes da Revolução Industrial, a agricultura e o manejo florestal figuravam como produtores primários líquidos de energia para a sociedade. Atualmente, a produção, o processamento e a distribuição de alimentos tornaram-se, em todos os países do mundo, especialmente nos países industrializados, consumidores líquidos de energia. Nos Estados Unidos, por exemplo, para cada caloria de energia alimentar produzida, 7,3 calorias são consumidas na produção, transporte, armazenamento, empacotamento, distribuição e preparo dos alimentos (Heinberg

---

<sup>1</sup> MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Instrumento criado pelo Protocolo de Kyoto (1997), de flexibilização das cotas de redução de emissão de Carbono pelos países industrializados constantes do anexo 1 do protocolo. O MDL é um mecanismo de compensação das emissões do Norte nos países do Sul.

<sup>2</sup> REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. Instrumento criado a partir das negociações do clima em Bali (2007). Sem uma definição oficial, este mecanismo ainda se subdivide em REDD++, incluindo, sob o conceito de floresta, as plantações homogêneas de árvores.

e Bomford, 2009, p. 2)<sup>3</sup>. Por outro lado exige desconstruir suas falsas soluções para a crise climática, seus indicadores, suas métricas.

Essas são tarefas estratégicas e fundamentais para a Agroecologia do século XXI. Significam também um enorme risco, pois na mesma lógica das florestas (via REDD ou MDL), os sistemas agroflorestais<sup>4</sup> e mesmo a agricultura familiar, de povos tradicionais, e camponesa vem sendo requisitada como “solução” da crise climática, no âmbito de mecanismos de mercado e de compensação. Parece estratégica, portanto a tematização dos limites da própria agroecologia no que se refere às soluções para a crise climática.

Em uma hipótese puramente especulativa, mesmo que os Estados e corporações e sociedades recuperassem toda a mata nativa original do planeta, ainda assim não haveria compensação possível. Quando requisitadas pelo apelo da crise climática e de seus mecanismos de mercado, as experiências agroecológicas podem se submeter à mesma gramática das corporações e dos Estados, na lógica de também gerarem nichos de novas licenças de emissões.

De qualquer forma, o financiamento da transição agroecológica não poderia advir de fundos e recursos comprometidos com a manutenção e mesmo expansão do modelo agrícola e carbônico. Uma alternativa que vem sendo pensada neste aspecto (vide Carta de Belém) é a regulação através do Estado, e o papel de seus fundos públicos. Outra alternativa seria a cobrança da histórica dívida sócio ambiental e climática do Norte junto aos países do Sul. Seriam formas de se evitar a compensação (off-set), desconstruindo um pilar central do mercado de carbono, assentado na estratégica deslocalização entre emissão e compensação.

### **Proposta de diálogo no tema Agroecologia e Mudanças Climáticas.**

Um primeiro elemento a considerar neste campo dialógico é que se trata de uma temática ainda com pouco acúmulo de debate nas redes e, principalmente, entre as redes e movimentos sociais “em diálogo”. De um lado isso reduz nossas expectativas no alcance de plena convergência, mas de outro nos coloca um desafio de que sejam aclarados os possíveis pontos de vista divergentes.

Um segundo elemento a considerar é o ponto de partida proposto: dialogar com e desde as diversas experiências sócio territoriais, seja na Amazônia, na Mata Atlântica, na Caatinga e no Cerrado. Esse parece um fundamento, e mesmo uma condição de possibilidade.

Por enquanto, no âmbito deste diálogo temático, estamos chamando de experiências: 1) experiências de resistência ao agronegócio e às falsas soluções “mercado-lógicas” ou “tecnológicas” para a crise climática, e 2) experiências de proposição de alternativas agroecológicas, de transição ao agronegócio e ao modelo carbo-energético. No plano dos discursos, a primeira tipologia estaria mais vinculada à denúncia e crítica (daí os manifestos,

---

<sup>3</sup> HEINBERG, Richard e BOMFORD, Michael. *The Food and Farming Transition: towards a post-carbon food system*. Sebastopol-CA/US: Post Carbon Institute, 2009.

<sup>4</sup> SAF – Sistema Agroflorestal. Sistemas que reúnem manejo agrícola e florestal.

campanhas e cartas públicas das redes); enquanto a segunda estaria mais relacionada ao contra-exemplo em contextos propositivos. No entanto, essa tipologia é ainda bastante frágil, diante dos diversos sentidos em cada uma das experiências.

Um desafio a ser enfrentado por todos os participantes será adotar uma postura que permita o diálogo de diferentes temas, abordagens, regiões, organizações e movimentos sociais, de forma a explorar o contraditório, e as possibilidades (e limites) de convergência. O sentido geral é de uma atuação mais conjunta e articulada, inter-redes, diante da temática das mudanças climáticas e seu forte apelo mercantilizador da atmosfera e dos territórios.

**Proposta de programação:**

8:30h	Apresentação dos participantes Introdução com a origem e proposta do seminário e contextualização do debate.	Introdução e Coordenação: Marcelo Calazans (FASE); Apoio: Eugênio Ferrari (CTA-ZM)
9:00h	Experiência com sistemas agroflorestais na Mata Atlântica - Rio Grande do Sul	André Luiz Gonçalves (Centro Ecológico)
9:30h	Experiência de convivência com o semiárido - Pernambuco	Paulo Pedro (Caatinga) e Adão (agricultor)
10:00h	Intervalo	
10:30h	Experiência de resistência ao MDL da Plantar no Cerrado - Minas Gerais	Cynara (Rede Deserto Verde)
11:00h	Experiência de resistência a REDD da SPVS na Mata Atlântica - Paraná	Jonas (liderança caiçara/MST)
11:30h	Debate em plenária: identificar focos prioritários para o debate em grupos	Coordenação: Eugênio Ferrari (CTA-ZM)
12:30 – 14:00h	Almoço	
14:00h	Apresentação de uma síntese das principais questões levantadas na parte da manhã e divisão dos participantes em 3 grupos heterogêneos	Apresentação da síntese e apoio: Fábio Pacheco (Tijupá) ??? Coordenação: Eugênio Ferrari (CTA-ZM)
14:30-15:30h	Discussão em grupos (construção de convergências, posicionamentos)	
15:30h	Intervalo	
16:00 – 17:00h	Relato dos grupos	Coordenação: Eugênio Ferrari (CTA-ZM)
17:00 – 18:00h	Debate e encaminhamentos	Apoio: : Fábio Pacheco (Tijupá) ???
19:30h	Reunião da equipe de sistematização	Relatores/as: Maureen FASE/REBRIP e ?

Metodologia: Cada experiência será apresentada em 20 minutos e haverá mais 10 minutos após cada exposição para questões referentes ao caso apresentado. No retorno do almoço serão colocadas questões orientadoras para debate em grupo que já possam ajudar a pensar encaminhamentos.